

# A União Europeia, Portugal e a Globalização

José António Palmeira

## **GEOPOLÍTICA**

**«A Europa é uma paisagem terrestre; a Ásia Oriental é uma paisagem marítima. Nisto reside a diferença crucial entre os séculos XX e XXI. As áreas mais disputadas no século passado eram a terra seca na Europa, sobretudo nas extensões planas que tornavam as fronteiras ocidental e oriental da Alemanha artificiais e expostas à marcha inexorável dos exércitos. Mas com o decorrer das décadas, os eixos demográficos e económicos da Terra mudaram consideravelmente para o lado oposto da Eurásia, onde os espaços entre os principais centros populacionais são esmagadoramente marítimos» [Robert D. Kaplan (2011). “O Mar do Sul da China é o futuro do conflito”. *Foreign Policy* (Edição Lusófona), nº 24, p. 72].**

## **GLOBALIZAÇÃO**

**«A velocidade é a velhice do mundo, porque reduz o mundo, torna-o minúsculo, encurta as distâncias e o tempo. Há hoje dois efeitos estufa – o efeito estufa climático e o efeito estufa da velocidade, que faz com que já não tenhamos tempo para analisar o mundo. Os corretores da bolsa já não sabem onde estão os riscos. O mundo tornou-se demasiado pequeno para o progresso. Demasiado pequeno para o lucro. E o grande perigo é que a terra se torne demasiado pequena para os nossos projetos. Ou seja, que nos sintamos enclausurados no mundo. Estamos hoje ameaçados de claustrofobia coletiva» [Paul Virilio, *Jornal de Negócios*, 2008/12/12].**



## **UNIÃO EUROPEIA**

### **Vulnerabilidades:**

- **Perda de competitividade (Estratégia de Lisboa sem sucesso);**
- **Dependência energética (Rússia, Médio Oriente, Magrebe);**
- **Modelo institucional complexo (intergovernamentalidade/supranacionalidade);**
- **União política frágil (egoísmos nacionais emergentes).**

### **Potencialidades:**

- **Experiência e conhecimento (Velho Continente);**
- **Segurança e qualidade de vida (direitos políticos e sociais);**
- **Capacidade de atração (turismo);**
- **Potência civil (Direitos Humanos e ajuda ao desenvolvimento).**

## 1. Governança\*

○O objetivo final da **política** é a prossecução de um grau razoável de coesão social.

○Quando a atividade do Governo – soma de políticas públicas – e as suas correspondentes repercussões são aceites de maneira regular pode falar-se de **governabilidade** do sistema. Caso contrário, uma recusa frequente e generalizada, indica uma situação de **ingovernabilidade**.

○A governabilidade depende da aptidão de um sistema para regular os conflitos sociais.

\* Este ponto cita Josep M. Vallès.

## ○ **Introdução**

○ A governança é um conceito que evoluiu com o acentuar do processo de globalização, mais evidente a partir da generalização da economia de mercado (anos 90), da maior acessibilidade à informação (Internet) e da crescente autonomia do sector privado.

○ O sistema internacional funciona em rede e a sua auto-regulação conduz ao conceito de governança (ou auto-governo) que pode ter uma dimensão global, mas também possui expressões regionais (geogovernança).

○A manifestação mais clara de ingovernabilidade é a incapacidade de um Governo impulsionar e aplicar medidas.

○Em meados dos anos 80 do século XX, uma nova perspectiva de análise incorpora o conceito de **governança**, nos termos da qual a governabilidade entendida como grau de aceitação social das políticas públicas não seria um mérito próprio do sistema político, nem dependeria exclusivamente da atividade institucional.

○Nesta nova perspectiva, a capacidade de satisfazer as necessidades sociais atribui-se não especialmente ao sistema político mas a um conjunto amplo de atores, entre os quais figuram as instituições políticas, mas sem o protagonismo que antes lhe era concedido.

oCoordenação pelo **mercado** – baseia-se numa presumível harmonia espontânea de relações económicas que têm resultados benéficos para todos (“mão invisível”, Adam Smith);

oCoordenação pela **política** – funda-se na imposição hierárquica desde o poder;

o**Governança** – equivale à coordenação social que resulta da interação constante entre agentes de todo o tipo.

Enquanto que a noção de governabilidade estava vinculada à aptidão de dirigir que é própria do sistema político, o conceito de governança associa a capacidade de auto-coordenação própria de redes constituídas por uma constelação de organizações e entidades privadas e públicas, estatais e transestatais.

A governança – ou capacidade de auto-coordenação da própria sociedade – não depende de instituições ou regras formais, resultando de um ajuste contínuo entre sujeitos coletivos e individuais de todo o tipo.

Não pressupõe a existência de um centro diretor – desde o qual se exerce o poder ou a liderança política – antes configurando uma trama de intercâmbio de recursos. Não se baseia numa relação de dominação hierárquica, dado que resulta de uma negociação permanente entre as conveniências e interesses de todos os que fazem parte da rede.

A governança equivale a coordenar sem coordenador ou a “governar sem governo” (Rhodes).

A governança – como modo alternativo de coordenar atividades coletivas – é o efeito de alterações sociais profundas. Acelerou-se a especialização de muitos agentes – económicos, sociais, culturais, administrativos, etc. – e incrementou-se a diversidade e a complexidade das sociedades.

O processo de diversificação e especialização viu-se acompanhado pela globalização das trocas, pela superação das fronteiras tradicionais e pela projeção de uma parte de atores políticos e sociais a um cenário universal.

A revisão do papel das instituições políticas e da política tem importantes consequências para a democracia.

Até que ponto a presumível volatilização da política diminui as possibilidades de controlo democrático?

Há dificuldade em identificar um agente responsável entre a variedade de membros da rede auto-organizada, mas é maior a possibilidade de intervenção popular que a rede oferece.

Para minorar os riscos e assegurar que as conquistas da democracia não se dissolverão neste sistema de governança global, convém desenvolver uma dupla dinâmica, em que as instituições políticas hão de desempenhar um papel central:

É necessário reforçar os mecanismos capazes de tornar efetiva a responsabilidade de quem decide, devolvendo ao sistema político o seu papel de garantia da coesão social;

○É fundamental estender o princípio da responsabilidade democrática a todos os nós ou polos da rede: económicos, culturais, administrativos, associativos, etc. Não só os atores públicos, mas também os atores privados, devem dar explicações públicas das suas intervenções.

○O conceito de governança não altera, no fundo, o conceito de política, ainda que apareça por vezes como novidade radical.

○Apostar no desaparecimento da política – ou por sua dissolução ou pelo automatismo da governança – equivaleria a declarar que as desigualdades e as diferenças de toda a ordem tinham desaparecido do nosso mundo ou que todos os que o habitam tinham renunciado a acabar com elas, o que parece não seja o caso.

## **2. Geogovernança**

▪“Nas duas últimas décadas houve uma reformulação dos limites entre público e privado que se inscreve num novo quadro internacional: o globo. As grandes áreas da vida foram separadas do Estado-nação. As redes estendem-se para além das fronteiras, as instituições tornam-se transnacionais, outras agências que não o governo oferecem bens públicos” (ALBROW, 2002: 183-219).

▪Martin Albrow descreve a governança como “a gestão da sociedade pelo povo”, uma espécie de ‘governar sem governo’ que implica uma “aceitação positiva da diversidade pelo Estado – formas pluralistas de organização, múltiplas escolhas do estilo de vida, modelos de trabalho flexíveis, mercados livres”.

▪O mesmo autor nota que “a interdependência crescente dos Estados territoriais está a originar uma federação global complexa, na qual as alianças regionais são instâncias subsidiárias” e que “nesta transformação global do Estado, o governo torna-se governança”.

•Gilles Paquet (2002: 223-257) considera que “se as capacidades de governação já não estão necessariamente tão ligadas a alguns nichos do território nacional como estavam no passado, o Estado territorial ainda desempenha um papel de caixa de ressonância através do qual muito tem de ser arbitrado”.

•Paquet reconhece que “as novas realidades têm pouca semelhança com o velho sistema de Vestefália” e contrapõe um novo modelo de **geogovernança** (a governança baseada na territorialidade) que “tem investido as comunidades infranacionais com novos poderes, tem-se baseado em novos princípios de cooperação/concorrência dentro e fora das fronteiras nacionais, e está enraizado em novas capacidades que estão muito menos centradas nos Estados”.

oComentando “as afirmações de Lutwak de que as prioridades e modalidades económicas são dominantes; a insistência de Luke de que as questões políticas e de segurança continuam a dominar os cenários; a sugestão de Huntington de que os choques civilizacionais são os interfaces determinantes” - Paquet opina que “os argumentos estritamente geoeconómicos, de geosegurança e geocivilizacionais continuam a não ser convincentes”, por considerar que “cada um destes conjuntos de forças apenas foi predominante durante um breve período”.

oPaquet fala de um “Estado estratégico” e conclui que “a nova forma de coordenação transversal que está em evolução gera, inevitavelmente, uma perda de controlo central e um enfraquecimento do *imperium* do Estado nacional”, sendo a nova governança exercida “de baixo para cima”, segundo o princípio da subsidiariedade[1].

[1] O princípio da subsidiariedade está consagrado no Tratado da União Europeia e tem por objectivo assegurar uma tomada de decisão o mais próximo possível dos cidadãos, ponderando constantemente se a acção a realizar à escala comunitária se justifica em relação às possibilidades que oferece o nível nacional, regional e local.

### **3. Governança europeia**

○A geogovernança pode ser analisada a uma escala mundial (ou global), regional ou local. O conceito pode aplicar-se, por exemplo, à União Europeia (UE) que, de resto, produziu, em 2001, um Livro Branco sobre a Governança Europeia.

○Nesse documento, a governança é apresentada como “o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder a nível europeu, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia” (COMISSÃO EUROPEIA, 2001).

○A reforma da governança europeia, lançada pela Comissão, diz respeito “à forma como a União Europeia utiliza os poderes que lhe foram confiados pelos cidadãos”, tendo como objetivo final “aproximar a União dos seus cidadãos e reforçar a eficácia das políticas”.

○A União apregoa a aplicação do princípio da subsidiariedade e um maior envolvimento da sociedade civil que “deve, ela também, seguir os princípios da boa governança, que incluem a responsabilização e a abertura”[1].

1] Nos termos do Livro Branco são cinco os princípios em que se baseia a boa governança: abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência. Segundo o documento, “a aplicação destes cinco princípios reforça os da proporcionalidade e da subsidiariedade”.

oA Europa, citando Philippe Defarges (2004: 125-128), "tende cada vez mais a constituir-se em torno de três polos: no cimo, a UE; na base, as entidades ditas «regionais»; entre as duas, os Estados, cada vez menos Estados-Nações".

oDefarges considera que com a globalização "os pactos entre Estados sofrem gravemente, separando este processo as regiões mais dinâmicas, mais abertas, das outras zonas", sendo que as primeiras "ressentem o Estado como um garrote artificial, que lhes impõe uma solidariedade que os entrava na competição económica internacional".

oO processo de integração europeia evoluiu de uma Europa dos Estados para uma Europa das Nações e desta para uma Europa das Regiões (ainda mais plural), podendo hoje falar-se mais propriamente de uma Europa dos Cidadãos, face aos contornos de uma cidadania europeia, sedimentada em direitos económicos, sociais e políticos e numa maior mobilidade, sobretudo no espaço Schengen e na "eurolândia".

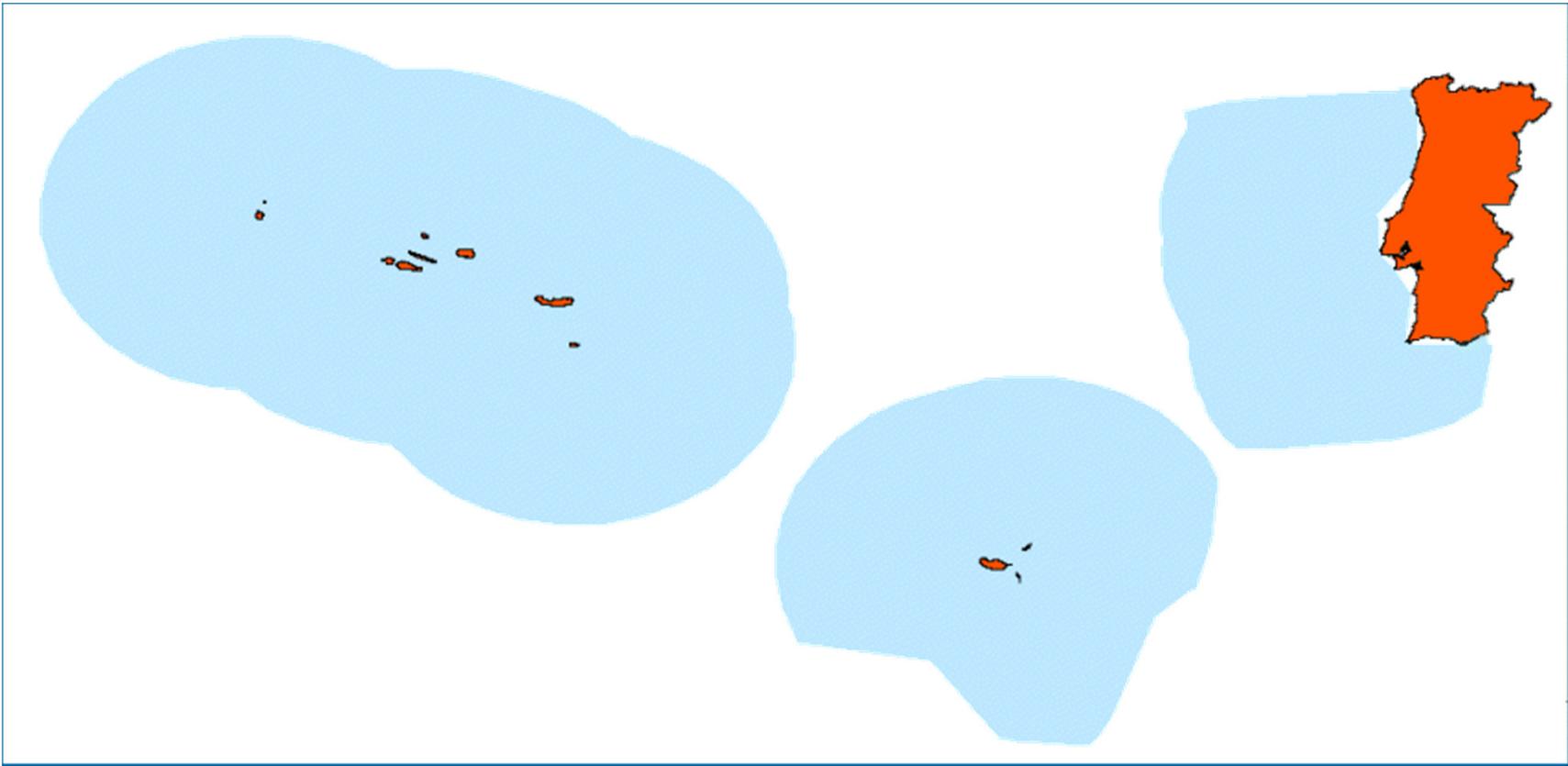
oCatherine Wenden (2004: 49-52) sublinha que “a Europa tem uma geometria variável” e “a própria identidade dos europeus é plural, porque se é simultaneamente europeu e nacional de um Estado e também é possível identificar-se com uma região”. Acontece que “com a construção europeia apareceram formas novas de solidariedade entre europeus, com os mecanismos de correção das desigualdades entre regiões, em nome da «coesão social»”.

oSe é verdade que no seio da União Europeia há Estados com laços mais estreitos entre si, como acontece com os do Benelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), o mesmo se passa ao nível de regiões transfronteiriças, como se verifica entre a Galiza (Espanha) e o Norte de Portugal (sobretudo o Minho).

o Gordon Smith (2000: 39-58) constata a possibilidade de existir “governança mesmo na ausência total dos Governos”, exemplificando que “quer as associações profissionais, quer as associações comerciais têm vindo a orientar as suas ações para a definição de normas, uma atividade que constitui também, inequivocamente, uma forma de governança”. A sua conclusão é a de que “essas associações não necessitam da participação dos Governos nessa sua atividade” e “de um modo mais representativo, a sociedade civil e o sector privado estão a transformar-se em atores poderosos, em paralelo com os Estados, no âmbito de negociações a nível internacional”.

## BIBLIOGRAFIA

- ALBROW, MARTIN (2002) 'A Sociedade como Diversidade Social: Um Desafio para a Governância na Era Global', em OCDE, *A Governância no Século XXI*, Lisboa: GEPE, pp. 183-219.
- COMISSÃO EUROPEIA (2001) *Governança Europeia - Um livro branco*, Luxemburgo: SPOCE.
- DEFARGES, PHILIPPE M. (2004) 'União Europeia, Estados-nações e entidades regionais: um jogo complexo', em Mario Dehove (dir.), *O novo estado da Europa*, Lisboa: Campo da Comunicação, pp. 125-128.
- IRIBARNE, M. FRAGA (1998) 'A Europa das Regiões: Uma reflexão a partir da Galiza', em João C. Espada (coord.), *O Desafio Europeu - Passado, Presente e Futuro*, Cascais: Principia, pp. 199-209.
- JOCE (2006) 'Regulamento (CE) Nº 1082/2006 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Julho de 2006, relativo aos agrupamentos europeus de cooperação territorial (AECT)'.
- PAQUET, GILLES (2002) 'A Nova Governância, a Subsidiariedade e o Estado Estratégico', em OCDE, *A Governância no Século XXI*, Lisboa: GEPE, pp. 223-257.
- SMITH, GORDON (2000) 'Governança na ausência de Governos', em FCG, *Cidadania e Novos Poderes numa Sociedade Global*, Lisboa: Dom Quixote, pp. 39-58.
- VALLES, Josep M. (2000) *Ciència Política: una introducción*, Barcelona: Ariel, pp. 407-420.
- WENDEN, CATHERINE W. (2004) 'A cidadania europeia está em crise?', em Mario Dehove (dir.), *O novo estado da Europa*, Lisboa: Campo da Comunicação, pp. 49-52.



- Apesar do regime autoritário e do colonialismo, Portugal não era um país isolado antes de 1974. Era membro fundador da Aliança Atlântica (1949), da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico e da Associação Europeia de Comércio Livre (1960). Tinha mesmo, em 1972, celebrado um acordo de comércio com a Comunidade Económica Europeia.

- A democratização do regime abriu a Portugal as portas do Conselho da Europa (1976) e a integração nas Comunidades Europeias (1986).

- Com a descolonização (1975) deixou de ser censurado nas Nações Unidas (onde entre 1960 e 1973 tinha sido objeto de 173 condenações) e passou à posição inversa de reclamar apoio internacional à autodeterminação de Timor-Leste (ocupado em 1975 pela Indonésia), desiderato que veio a ser alcançado com o fim da Guerra Fria (1989/1991).

- O fim do mundo bipolar facilitou o relacionamento de Portugal com as antigas colónias e a criação da CPLP (1996), culminando o “ciclo do Império” com a entrega de Macau à China (1999).
- O País integra três grandes espaços que correspondem a outras tantas fronteiras: de segurança (OTAN), económico-social (UE) e linguístico-cultural (CPLP).

•O espaço a que o país está mais vinculado é o da UE, fruto do carácter supranacional da União Económica e Monetária.

•Desde a integração de Portugal nas Comunidades Europeias que aumentou a influência internacional do País, medida, por exemplo, pela ocupação de cargos importantes por cidadãos nacionais, como os de Presidente da Mesa da Assembleia Geral das Nações Unidas (Diogo Freitas do Amaral, em 1995) e de Secretário Geral da União da Europa Ocidental (Embaixador José Cutileiro, em 1994-1999) e, ainda em exercício, os de presidente da Comissão Europeia (José Manuel Durão Barroso, 2004), Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (António Guterres, 2005), Alto Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Aliança das Civilizações (Jorge Sampaio, 2007) e vice-presidente do Banco Central Europeu (Vítor Constâncio, 2010).

- Portugal foi membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas por três vezes (1979/80, 1997/98 e 2011/12) e tem integrado um vasto número de missões humanitárias e de manutenção de paz.
- A entrada de Portugal para as Comunidades Europeias (1986) coincidiu com a aprovação do Ato Único Europeu que institucionalizou a Cooperação Política Europeia (CPE) que Maastricht (1993) transformou em segundo pilar da União Europeia, com a designação de PESC (Política Externa e de Segurança Comum).
- A PESC insere-se no âmbito da cooperação intergovernamental, o que significa que as posições e as ações comuns carecem da unanimidade dos Estados membros, consenso difícil de alcançar a 27, como se viu em relação à recente intervenção militar anglo-americana no Iraque.

- O Tratado de Amesterdão (1997) criou a figura do Sr. PESC (Javier Solana) e apontou para a passagem a uma PESD (Política Europeia de Segurança e Defesa), tentando dar à União uma capacidade militar - que lhe escapa desde o fracasso da Comunidade Europeia de Defesa (CDE) nos anos cinquenta (1954) - e que é condição para o reforço da sua política externa.
- A Guerra no Iraque abriu fissuras na União, entre uma “Velha Europa” próxima de um modelo de Europa potência autónoma e uma “Nova Europa” que privilegia a aliança com os Estados Unidos.
- As divisões não são de hoje, com uma Europa alargada. A Alemanha já desrespeitara a PESC ao reconhecer, à revelia dos seus parceiros, a independência da Croácia.

- O Tratado de Lisboa (2007) procurou dar maior consistência à política externa, criando a figura do MNE, elo de ligação entre o Conselho e a Comissão, e eliminando o modelo bicéfalo de “diplomacia paralela” (em que o Sr. PESC coabitava com um comissário europeu para as Relações Externas).

- Portugal pode retirar vantagens de uma UE que seja um ator global no sistema internacional, desde que:

- O modelo político seja (para usar uma terminologia convencional) mais confederal (Estados soberanos) e menos federal (Estados não soberanos);
- A UE funcione como pilar europeu da NATO.

- Portugal é periférico numa UE a olhar para o seu “umbigo”, mas é central numa UE aberta à América do Norte, à América Latina e a África. Pode mesmo servir de ponte com mercados como o Mercosul e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

- Universalista por vocação histórica
  - Fez a primeira globalização;
  - Tem uma grande diáspora (5 milhões);
  - Tem uma língua internacional (a 3ª mais falada no Ocidente e a 6ª no mundo).
  
- Tem uma identidade europeia, atlântica e lusófona que lhe dá trunfos, numa UE aberta ao mundo, para
  - Poder salvaguardar a língua portuguesa num cenário de línguas de trabalho;
  - Exercer uma “soberania de serviço” (Adriano Moreira);
  - Reforçar a sua importância noutros grandes espaços (CPLP e OTAN).

**·Em termos geopolíticos Portugal integra três "grandes espaços":**

**·União Europeia;  
·Aliança Atlântica;  
·Comunidade lusófona.**

**·Qual o contributo que a CPLP pode dar para o reforço do poder de Portugal no sistema internacional?**

**·Dos três supracitados "grandes espaços" o da CPLP é o menos consolidado.**

**·Razões:**

**·É recente (1996);  
·Membros dispersos por outros blocos geopolíticos;  
·Alguns traumas coloniais não ultrapassados;  
·Guerras-civis pós-independência em alguns PALOP e concentração destes nos problemas internos (económico-sociais);  
·Menor empenho inicial do Brasil, muito fechado sobre si próprio;  
·Necessidade de um bloco "motor".**

○ Os três membros mais capacitados para esse papel “motor” são Portugal, o Brasil e Angola:

○ **Portugal** – Estabilidade política e integração num “grande espaço” (UE) que é um ator global do sistema internacional e outro (OTAN) que apresenta as mesmas características no âmbito da segurança, ao alargar o seu conceito estratégico às chamadas operações “fora-de-área”;

○ **Brasil** – É uma potência regional (Mercosul), o 5º maior país do mundo, com importantes recursos humanos (170 milhões) e naturais, e potencial candidato a membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas;

○ **Angola** – Capacidade para ser potência regional, ao nível da África Austral e da União Africana. Recursos naturais importantes.

○ Estes três Estados podem, dentro da CPLP, formar um **triângulo estratégico** capaz de otimizar as potencialidades de cada um.

•No **caso português**, o aprofundamento da comunidade lusófona dá mais poder a Portugal no âmbito da UE, onde o País é **periférico** e tem uma demografia pouco significativa.

•Isso é relevante, por exemplo, para a **defesa da língua** portuguesa num cenário de criação de línguas de trabalho na **UE**, dado o argumento de Portugal de que a União é um ator global e a língua portuguesa é a terceira mais falada no Ocidente e língua de trabalho de organizações com as quais a UE se relaciona (Mercosul, SADC, Países ACP...).

•Por outro lado, Portugal é **Atlântico** e esta é outra especificidade importante que o diferencia de outros Estados europeus. Em termos de segurança global, e face ao alargamento do conceito estratégico da OTAN para operações “fora-de-área”, o Brasil e Angola são importantes em termos de Atlântico Sul.

**-Membro fundador da NATO (1949, devido importância geoestratégica, máxime Açores).**

**-Aliança Atlântica é a sua fronteira de segurança.**

**-Membro das Comunidades Europeias desde 1986 (e da UEO desde 1988).**

**-UE é a sua fronteira “económico-social”.**

**-Presença em “cooperações reforçadas” (Euro, Schengen).**

**-Membro da CPLP (1996) que é a sua fronteira linguístico-cultural.**

**-Triângulo estratégico Portugal-Brasil-Angola.**

**-Interessa a Portugal o aprofundamento político da CPLP, dado o interesse do País em diversificar a sua política de alianças e não ficar dependente de uma única hierarquia de potências. O reforço do pilar lusófono é ainda mais urgente numa altura em que se acentuam os efeitos globais e em que se evidenciem fragilidades no relacionamento intra-europeu e euro-americano.**

**-Portugal é europeu, atlântico e lusófono.**

**-Investimento nos três grandes espaços e potencializar a sua presença em cada um deles através de uma política de “geometria variável”.**

**-Interessa a Portugal, aprofundar a cooperação política no seio da CPLP e da OTAN, organizações que com a UE constituem o seu “triângulo estratégico mundial”.**

**-Deve potencializar a sua ligação a cada um desses vértices através de uma política de “geometria variável”, ditada pela conjuntura internacional.**

**-Deve também buscar centralidade política, integrando as chamadas “cooperações reforçadas” e ocupando cidadãos nacionais postos relevantes no funcionalismo comunitário.**

**-Deve combater qualquer tentação de “Diretório dos Grandes”, aliando-se aos médios e pequenos Estados que reforçaram a sua posição com o último alargamento (Maio de 2004).**



- **Caraterização do sistema internacional:**
  - Complexidade crescente (emergência de novos atores);
  - Interdependência entre os Estados;
  - Globalização dos mercados.
  
- **Conceitos geopolíticos:**
  - Teoria dos grandes espaços;
  - Poder continental/poder marítimo;
  - Centro/periferia e sistema em rede.
  
- **Espaço lusófono:**
  - Dimensão geopolítica;
  - Potencial geoestratégico;
  - Marca no sistema internacional.

## I. SEGURANÇA INTERNACIONAL

«Nada na presente Carta impede a existência de acordos ou de entidades regionais, destinadas a tratar dos assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais que forem suscetíveis de uma ação regional, desde que tais acordos ou identidades regionais e as suas atividades sejam compatíveis com os propósitos e princípios das Nações Unidas» [Artº 52, nº 1, da **Carta das Nações Unidas**]

«The promotion of Euro-Atlantic security is best assured through a wide network of partner relationships with countries and organisations around the globe. These partnerships make a concrete and valued contribution to the success of NATO's fundamental tasks» [**Conceito Estratégico da NATO** (ponto nº 28), Lisboa, 2010]

«Os exercícios FELINO permitem a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados Membros e o treino para o emprego das mesmas em operações humanitárias e de apoio à paz, quer no quadro da CPLP, quer no quadro das Organizações Regionais e Sub-Regionais, sendo, em qualquer dos casos, sempre sob a égide da Organização das Nações Unidas» [**Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa**, Praia, 2006]

«A Europa é uma paisagem terrestre; a Ásia Oriental é uma paisagem marítima. Nisto reside a diferença crucial entre os séculos XX e XXI. As áreas mais disputadas no século passado eram a terra seca na Europa, sobretudo nas extensões planas que tornavam as fronteiras ocidental e oriental da Alemanha artificiais e expostas à marcha inexorável dos exércitos. Mas com o decorrer das décadas, os eixos demográficos e económicos da Terra mudaram consideravelmente para o lado oposto da Eurásia, onde os espaços entre os principais centros populacionais são esmagadoramente marítimos» [**Robert D. Kaplan** (2011, 72)]

## II. CPLP

○A **Comunidade de Países de Língua Portuguesa** (CPLP) foi instituída em 1996, em Lisboa.

○Tem **8 Estados membros**: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

○Está representada em todos os quadrantes regionais: **África** (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), **Ásia-Pacífico** (Timor-Leste), **Europa** (Portugal) e **Américas** (Brasil).

○Os Estados membros têm ligação aos três maiores oceanos: **Atlântico**, **Índico** e **Pacífico**.

○A sua área de jurisdição marítima é de cerca de **7,6 milhões de km<sup>2</sup>** (2,5% da superfície marítima do globo).

Tem como **objetivos**:

○A **concertação político-diplomática** entre os seus membros em matéria de política internacional, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fora internacionais;

○A **cooperação** em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, **defesa**, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;

○A materialização de projetos de promoção e **difusão da língua Portuguesa**, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

### **III. COOPERAÇÃO NA DEFESA**

●A cooperação no domínio da Defesa iniciou-se em 1998, com reuniões anuais dos ministros daquela pasta, institucionalizadas nos estatutos da CPLP em 2001.

●Um **Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da Defesa**, aprovado em 2006, consagra o adquirido entre os Oito nessa área:

○**Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa** (SPAD), sediado em Lisboa (1999), integrando um núcleo de representantes dos Chefes dos Estados-Maiores Gerais das Forças Armadas;

○**Centro de Análise Estratégica** (CAE), com sede em Maputo (1998);

○Exercícios militares conjuntos e combinados da série **Felino**, iniciados em 2000 (Portugal);

○Política de intercâmbio no âmbito da **formação militar**, visando “o fomento da adoção de doutrina e procedimentos passíveis de aplicação comum” nos países lusófonos (Brasília, 2001);

○**Reuniões anuais** ao nível de ministros da Defesa, chefes de Estado-Maior das Forças Armadas, diretores-gerais de Política de Defesa Nacional e dos diretores de Serviços de Informações Militares.

○Os **exercícios militares Felino** realizam-se com Tropas no Terreno ou ao nível de Postos de Comando e visam “a **interoperabilidade** das forças armadas lusófonas, habilitando-as - se for essa a vontade política dos países da CPLP – a participarem em ações humanitárias e de manutenção de paz, sob a égide das Nações Unidas” (Lisboa, 2002).

○O **CAE** tem privilegiado temas como “o papel da CPLP na **prevenção de crises regionais**” e “o caráter multidisciplinar da **luta contra o terrorismo**” e concluiu pela necessidade de dotar a CPLP de “um mecanismo de aviso prévio/alerta precoce para a prevenção de crises” (Bissau, 2004).

○ Os ministros da Defesa definiram prioridades como a cooperação “no domínio da **fiscalização e vigilância marítima**” (Bissau, 2004), e manifestaram a sua preocupação perante situações como o **narcotráfico na região da África Ocidental**, considerando que “deve ser combatido pela Guiné-Bissau, mas também pela comunidade internacional, num esforço conjunto”.

## IV. POTENCIAL GEOESTRATÉGICO

### Potencialidades:

○A **Defesa** tem na CPLP “resultados inigualáveis face a outros sectores de cooperação” e “a existência do SPAD deve ser **referência** para esses outros setores” [Luís Fonseca, então Secretário Executivo da CPLP (Díli, 2008)].

○“A **descontinuidade geográfica** da Comunidade é a sua força, pois permite-lhe uma presença em quatro continentes, o que constitui uma **mais-valia** que valoriza a posição dos próprios países que a compõem nas várias organizações internacionais, regionais ou sub-regionais em que se insiram” [Nuno Severiano Teixeira; então Ministro da Defesa de Portugal (Díli, 2008)].

○ Os três membros mais capacitados para ter um papel “motor” na CPLP são Portugal, o Brasil e Angola:

● **Portugal** – Estabilidade política e integração num “grande espaço” (UE) que é um ator global do sistema internacional e outro (NATO) que apresenta as mesmas características no âmbito da segurança, ao alargar o seu conceito estratégico às chamadas operações “fora de área”;

● **Brasil** – É uma potência regional (Mercosul), o 5º maior país do mundo, com importantes recursos humanos (190 milhões) e naturais, e potencial candidato a membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas;

● **Angola** – Capacidade para ser potência regional, ao nível da África Austral e da União Africana. Recursos naturais importantes.

Estes três Estados podem, dentro da CPLP, formar um **triângulo estratégico** capaz de maximizar o seu potencial no sistema internacional.

Cabo Verde acolheu em 2006 um exercício militar da Força de Reação Rápida da NATO (NATO Response Force), designado Steadfast Jaguar, naquele que foi o primeiro exercício desta organização político-militar fora da sua área de ação.

O mar representa para os países lusófonos uma oportunidade para o aproveitamento de recursos naturais (como o petróleo offshore em Angola, Brasil, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste).

Os mares lusófonos são também atravessados por importantes rotas comerciais, dado o crescimento do transporte marítimo de mercadorias, dinamizado por Estados como a República Popular da China.

O alargamento do Canal do Panamá irá aumentar esse fluxo, podendo Portugal (Porto de Sines, pelas suas águas profundas) ser porta de entrada (ou de saída) na Europa.

## **Vulnerabilidades:**

A instabilidade político-militar tem sido uma constante na Guiné-Bissau, colocada na encruzilhada do narcotráfico entre a América Latina e a Europa.

A instabilidade política também caracterizou Timor-Leste que se tornou membro efetivo da CPLP desde a sua independência, em 2002.

Uma guerra civil afetou Angola até 2002, inibindo este Estado de se assumir como uma verdadeira potência regional.

A falta de meios navais para a fiscalização das vastas áreas da zona económica exclusiva (sujeitas a práticas de narcotráfico e atos de pirataria) é problemática para a segurança nacional e internacional, sendo que apenas o Brasil e Portugal (em menor escala) dispõem de capacidade para o efeito.

## V. Conclusões

○As **Nações Unidas** reconhecem a validade da cooperação regional no domínio da manutenção da paz e da segurança internacionais (artº 52, nº 1, da Carta).

○A **NATO** considera que os seus objetivos no domínio da segurança euro-atlântica são melhor assegurados mediante o envolvimento de países terceiros e de outras organizações (Ponto 28º do Conceito Estratégico da NATO, aprovado em Lisboa, em 2010).

A **CPLP**, ao institucionalizar a **cooperação no domínio da Defesa**, com base em:

reuniões periódicas dos ministros da Defesa, chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas, diretores-gerais de Políticas de Defesa Nacional e de diretores de Serviços de Informação Militares;

um Serviço Permanente para os Assuntos da Defesa (Lisboa);

um Centro de Análise Estratégica (Maputo);

ações de formação militar para adoção de uma doutrina comum;

a realização periódica de exercícios militares conjuntos e combinados para interoperabilidade das forças armadas dos oito Estados membros;

está habilitada a participar em **ações humanitárias e missões de manutenção de paz**, sob a égide das Nações Unidas.

A CPLP tem condições para ser um ator no plano da segurança internacional, assim haja vontade política dos seus governantes e capacidade financeira para suportar (na totalidade ou em parte) os custos dessas operações.

Os três Estados mais influentes da CPLP são o Brasil, Angola e Portugal que são, ou integram, espaços regionais com relevância global. O “triângulo estratégico” Brasília-Luanda-Lisboa tem potencial manifesto ou latente para catapultar a CPLP a um papel geopolítico de maior relevo.

Outros Estados lusófonos de menor dimensão e influência, como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, são arquipélagos cuja importância geoestratégica é proporcional ao incremento do comércio mundial por via marítima, à descoberta de hidrocarbonetos em quantidade significativa no seu subsolo ou à emergência de fenômenos como o narcotráfico e a pirataria.

## **BIBLIOGRAFIA**

- Kaplan, Robert D., 2011. "O Mar do Sul da China é o futuro do conflito". *Foreign Policy* (Edição Lusófona), nº 24, pp. 70-81.
- Mendes, Marco Gonçalves, 2010. "Política de Defesa do Brasil". *Nação e Defesa*, nº 125, pp. 55-70.
- Nação e Defesa, 2011. *O Mar no Espaço da CPLP*. nº 128, Lisboa: IDN.
- NATO, 2010. *Strategic Concept for the Defence and Security of the members of the NATO*. Bruxelas: NATO.
- Palmeira, José, 2006. *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*. Lisboa: Prefácio.
- Palmeira, José, 2010. "O aprofundamento das relações UE-NATO: Oportunidades, Desafios e Opções para Portugal". *Sínteses EuroDefense*, nº 17, pp. 26-33.
- Pavia, José Francisco, [coord.] (2011). *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*, Lisboa: Quid Juris.
- Rosa, Armindo Bravo da, 2010. "Política de Defesa de Angola". *Nação e Defesa*, nº 125, 71-77.
- Sacchetti, António Emílio Ferraz *et al.*, 2001. "A Cooperação Técnico-Militar no âmbito da CPLP. In Adriano Moreira (coord.). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – Cooperação*. Coimbra: Almedina, pp. 215-254.